

ATA DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA

Equipe de Correição: Adelcídio Pereira Júnior, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Cleybson Ferraz Cascimiro, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Maria Elizabete dos Santos Melo, Reginaldo Pires Moura Brasil, Silvana Marsicano Franca, Simone Farias Perrusi e Talita Simões Leão.

Jurisdição	Alhandra, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Conde,
	João Pessoa, Pitimbu
Normativo de criação	RA TRT n° 048/2019 e Ato TRT SGP n° 175/2019
Data de instalação	4/6/2019
Data da última correição	1º/6/2019 a 31/7/2020
Período de correição	1º/10/2020 a 30/9/2021

Aos 20 dias do mês de outubro de 2021, sob a supervisão do Excelentíssimo Senhor Desembargador Vice-Presidente e Corregedor **THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da 12ª Vara do Trabalho de João Pessoa, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 29/2021 publicado no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

O Desembargador Corregedor foi recebido pelo Juiz titular, Humberto Halison Barbosa de Carvalho e Silva, pela Juíza substituta, Ana Beatriz Dias Fernandes Gondim, pelo Diretor de Secretaria e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na



consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas SUAP, e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de 1º/10/2020 a 30/9/2021 (12 meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1 Magistrado Titular

Juiz Titular	Titularidade na Unidade				
Humberto Halison Barbosa de Carvalho e Silva	1º/6/2019				

Magistrada substituta fixa

Juíza Substituta Fixa	Fixação na Unidade				
Ana Beatriz Dias Fernandes Gondim	12/6/2019				

1.2 Servidores lotados na Unidade

A 12ª Vara do Trabalho de João Pessoa conta, atualmente, com 9 servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Aguinaldo Rodrigues dos Santos	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	2/6/2019
Francisco de Assis Queiroz	Técnico Judiciário – Diretor de Secretaria	2/6/2019
Giselle Tavares Dore Guimarães	Analista Judiciário – Assistente de Juiz Titular	2/6/2019
Jane Amaral Albuquerque Guedes	Analista Judiciário – Secretario de Audiencia	2/6/2019
Leigson Pereira de Araujo Costa	Técnico Judiciário – Assistente III	1º/6/2019
Maria Celia Geraldo Barbosa	Técnico Judiciário – Secretario de Audiencia	1º/6/2019
Maricelma Apolinaria da Silva	Assistente V	2/6/2019
Patricia Feitosa Cruz	Técnico Judiciário – Calculista	18/10/2019
Suely Regina Araujo de Souza	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Substituto	1º/6/2019



A Unidade adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por faixa processual no sistema PJe, e de numeração par e ímpar entre os Magistrados, segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria.

2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: Hórus)

De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 12ª Vara do Trabalho de João Pessoa contabilizava, em 30/9/2021, um acervo processual de **1079** processos:

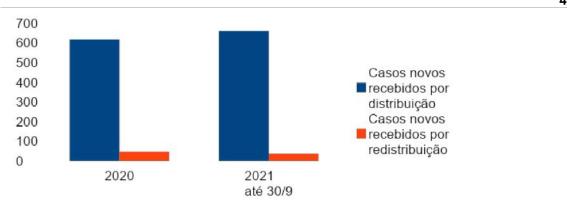
Item	Quantidade
Fase de conhecimento	768
Fase de liquidação	15
Fase de execução	285
Cartas precatórias e de ordem	11
TOTAL	1079

2.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

2.1.1 Casos novos

Item	2020	2021 até 30/9
Casos novos recebidos por distribuição	616	659
Casos novos recebidos por redistribuição	46	36
TOTAL	662	695





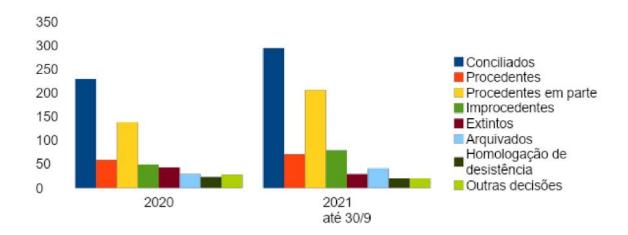
No período correicionado há registro de 07 processos recebidos com sentença anulada pela instância superior (0000184-11.2019.5.13.0031, 0000291-55.2019.5.13.0031, 0000251-73.2019.5.13.0031, 0000084-56.2019.5.13.0031, 0000248-84.2020.5.13.0031 e 0000088-25.2021.5.13.0031).

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de conhecimento, no período correicionado (setembro/2020 a setembro/2021):



2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

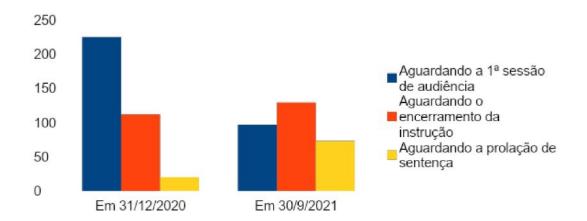
Item	2020	2021 até 30/9		
Conciliados	229	294		
Procedentes	59	71		
Procedentes em parte	138	206		
Improcedentes	49	79		
Extintos	43	29		
Arquivados	29	41		
Homologação de desistência	23	20		
Outras decisões	28	20		
TOTAL	598	760		



2.3 Pendentes de solução (Fonte: Hórus)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

		<u>6</u>
Aguardando a 1ª sessão de audiência	225	97
Aguardando o encerramento da instrução	112	129
Aguardando a prolação de sentença	20	73
TOTAL	357	299



2.4 Pendentes de finalização (Fonte: Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2020	2021 até 30/9	Variação (%) 2020/2021
Fase de conhecimento	713	768	7,71%
Fase de liquidação	7	15	114,29%
Fase de execução	221	285	28,96%

^{*}Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução.

Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

3. PANORAMA DAS AUDIÊNCIAS



3.1 Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo

Tipo Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	24	37	53	3	0
Conciliação em Conhecimento	1	2	22	4	0
Conciliação em Execução	17	32	23	20	3
Una	99	71	200	256	7
Instrução	112	168	39	36	5

Segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Unidade correicionada realiza audiências, ordinariamente, de segunda a quinta-feira. Eventualmente, também há designação de audiências nas sextas-feiras.

3.2. Audiências realizadas na jurisdição de João Pessoa

MÊS	1ª VT	2ª VT	3ª VT	4ª VT	5ª VT	6ª VT	7ª VT	8ª VT	9ª VT	10ª VT	11ª VT	12ª VT	13ª VT	MÉDIA, excluída a unidade correicio- nada
10/20	71	41	48	120	86	58	73	34	90	88	49	72	59	68,08
11/20	97	100	122	201	205	83	100	81	82	158	66	94	80	114,58
12/20	88	46	50	84	242	21	76	45	60	75	40	41	46	72,75
01/21	22	8	34	31	54	11	25	13	27	31	19	14	8	23,58
02/21	115	48	134	62	131	61	79	39	67	85	56	62	54	77,58
03/21	105	66	144	96	173	94	96	60	89	102	63	116	81	97,42
04/21	149	74	196	106	90	101	114	62	81	118	27	78	121	103,25
05/21	129	89	225	117	172	91	113	79	57	126	57	140	136	115,92
06/21	115	114	181	139	105	131	74	77	83	114	138	126	143	117,83
07/21	106	99	145	93	96	57	114	50	93	43	135	142	160	99,25



														8
08/21	113	172	192	132	146	138	70	85	80	104	140	145	173	128,75
09/21	133	159	213	182	157	121	198	97	130	94	167	212	166	151,42
TOTAL	1243	1016	1684	1363	1657	967	1132	722	939	1138	957	1242	1227	1170,42

O número de audiências da vara correicionada está quase sempre acima da média das demais unidades da Jurisdição, sendo a 5ª que mais fez audiências em João Pessoa no período correicionado (10/2020 a 09/2021).

4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

4.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Item	2020	2021 até 30/9
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	91	88
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	68	78
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	103	152
Da conclusão a prolação de sentença	14	18
Do ajuizamento até a prolação da sentença	107	169

5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

	Item	2020	2021 até 30/9
	Recebidos	156	190
Embargos de declaração	Baixados	159	176
,	Pendentes	8	23
	Recebidos	119	124
Tutela Provisórias	Apreciadas	94	114
	Pendentes	14	8
Liquidação/ Execução	Recebidos	22	21

		<u> </u>
Baixados	12	14
Pendentes	8	11

6. RECURSOS INTERPOSTOS (Fonte: Hórus)

1º/10/2020 a 30/9/2021				
Item Interpostos Remetidos Pendentes				
Recurso ordinário	307	254	49	
Recurso adesivo	19	14	3	
Agravo de petição	37	25	4	
Total	363	293	56	

7. DURAÇÃO DO PROCESSO (Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o ano-base 2020: 124 dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e 138 dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de 129 dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia 30/9, é de 165 dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e, de 241 dias, para o rito ordinário, perfazendo uma média de 188 dias.

Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **107** dias, para o ano base 2020 e de **169** dias, relativo a este ano de **2021**, **até 30/9**.

Observa-se que o tempo médio para prolação de sentença da magistrada Ana Beatriz Dias Fernandes Gondim, no ano de 2021, é de 26 dias, 3 vezes superior ao do titular da unidade judiciária (7 dias), o que certamente contribui para o aumento do tempo médio na fase de conhecimento.

Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício **2020**, foi de **100** dias, e de **147** dias,



referente ao exercício atual até o dia 30/9.

Pontua-se que a Unidade correicionada encontrava-se no 2º lugar da jurisdição em relação ao menor tempo médio de duração do processo na fase de execução, no ano base de 2020. Em 2021, até o mês de setembro, manteve a 2ª colocação. De se registrar que a média das demais unidades de João Pessoa é de 1.275 dias. Seguem os prazos, em dias, da jurisdição de janeiro a setembro/2021:

٧a	ra do Trabalho	
	6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	3912
	9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1422
	4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1289
	1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1038
	7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1017
	3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1000
	2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	963
1	8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	731
	5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	624
	103 VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	224
	113 VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	195
	12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	147
	13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	142

8. FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: e-Gestão e Hórus)

Item	2020	2021 até 30/9
Execuções pendentes no início do período	64	204
Execuções iniciadas	258	264
Desarquivados	8	18
Recebidos de outros Órgãos	40	1
Execução de título extrajudicial	3	-
Execuções encerradas	117	216
Remetidos a outros Órgãos	6	-
Processos arquivados provisoriamente	15	70
Execuções pendentes ao final do período	204	266



Observe-se o gráfico contendo a relação entre número de execuções iniciadas e encerradas, por mês, no período correicionado (outubro/2020 a setembro/2021):



9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus)

VALORES PAGOS (R\$)				
Item	2020	2021 até 30/9		
Acordo	R\$ 1.828.857,22	R\$ 2.889.165,87		
Espontâneo	R\$ 443.732,63	R\$ 477.113,08		
Execução	R\$ 193.033,63	R\$ 842.722,58		
TOTAL	R\$ 2.465.623,48	R\$ 4.209.001,53		

VALORES ARRECADADOS (R\$)				
Item	2020	2021 até 30/9		
Custas/Emolumentos	R\$ 64.492,02	R\$ 92.427,16		
Contribuição previdenciária	R\$ 170.357,62	R\$ 313.307,65		
Imposto de renda	R\$ 8.320,00	R\$ 7.951,86		
TOTAL	R\$ 243.169,64	R\$ 413.686,67		



10. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

10.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou o Desembargador Corregedor que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

PERÍODO CORREICIONADO 1º/10/2020 a 30/9/2021				
	Quantidade			
SISBAJUD	185			
INFOJUD	17			
SIMBA	-			
RENAJUD	62			
DNDT	Pendentes (PJe)	54		
BNDT	Incluídos (PJe)	38		

11. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

Meta 1/2020 — Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente				
IPJ – Índice de Processos Julgados				
Unidades de primeiro grau do TRT 93,19%				
Unidade Correicionada	102,13%			

Meta 1/2021 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente				
Unidades de primeiro grau do TRT 108,10%				
Unidade Correicionada	104,7%			

Para efeito de controle da **Meta 1/2021**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **650** casos novos (por distribuição) e **736** com primeiro julgamento, atingindo o percentual de **104,7**%.



	13			
Meta 2/2020 – Identificar e julgar, até 31/12/2020, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2018, nos primeiro e segundo graus				
IPA – Índice de julgamento de processos antigos				
Unidades de primeiro grau do TRT	107,06% da Meta 2			
	98,49% dos processos distribuídos até 31/12/2018			
Unidada Carraigianada	-			
Unidade Correicionada	-			

Meta 2/2021 – Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019 nos 1º e 2º graus			
IPA – Índice de julgamento de processos antigos			
Unidades de primeiro grau do TRT	104,39% da Meta 2		
	97,08% dos processos distribuídos até 31/12/2019		
	105,97% da Meta 2		
Unidade Correicionada	98,55% dos processos distribuídos até 31/12/2019		

Meta 3/2020– Manter o índice de conciliação, na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2017/2018			
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 39,40% em 2020			
Unidades de primeiro grau do TRT	105,13% da Meta 3		
	41,36% de índice de conciliação		
Unidade Correicionada	114,34% da Meta 3		
Official Correctionada	44,99% de índice de conciliação		

Meta 3/2021 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual			
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 38,5%			
Unidades de primeiro grau do TRT	102,11% da Meta 3		
	39,32% de índice de conciliação		
Unidade Correicionada	118,28% da Meta 3		



14	
45,54% de índice de conciliação	

Meta 5/2020 – Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente			
Unidades de primeiro grau do TRT	100,97%		
Unidade Correicionada	54,84%		

Meta 5/2021 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 2 pontos percentuais, exceto execuções fiscais, em relação a 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%			
IPJ – Índice de Processos Julgados			
Unidades de primeiro grau do TRT 95,97%			
Unidade Correicionada	99,61%		

Indicado	res						<u>₽</u> 🔓
Período	△ BaixCon	BaiExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL
2021-01	27	11	380	160	93,37	93,57	93,43
2021-02	31	25	408	160	87,55	81,63	85,80
2021-03	61	24	455	161	79,27	72,85	77,48
2021-04	66	25	473	153	71,88	64,29	69,87
2021-05	63	25	515	167	67,50	60,29	65,58
2021-06	112	34	484	160	57,35	52,63	56,10
2021-07	105	29	467	154	50,11	47,09	49,32
2021-08	90	28	461	166	45,37	45,23	45,34
2021-09	104	24	413	179	38,53	44,31	40,13

Meta 6/2020 – Identificar e julgar, até 31/12/2020, 95% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau e até 31/12/2018 no 2º grau			
IPJ – Índice de Processos Julgados			
Unidades de primeiro grau do TRT 105,27%			
Unidade Correicionada	-		

Meta 7/2020 – Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior			
IPJ – Índice de Processos Julgados			
Unidades de primeiro grau do TRT 89,23%			
Unidade Correicionada	126%		

12. AFERIÇÃO DE DESEMPENHO EM ÂMBITO NACIONAL - IPC-Jus e Igest



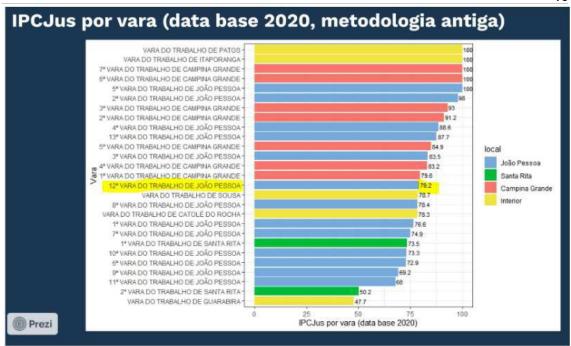
O índice de produtividade comparada da Justiça busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais em um escore único, produzido com base no Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), no Índice de Produtividade dos Servidores (IPS), na Despesa Total do Tribunal e na Taxa de Congestionamento Líquida (TCL).

Embora os dados individualizados por vara do trabalho não tenham sido fornecidos pelo CNJ, por meio de estudo das formas de cálculos utilizadas, a AGE indica, no que se refere aos baixados entre 2019 e 2020, um acréscimo no percentual de 3%:

VARA	Taxa de baixados 2019	Taxa de baixados 2020 Varia	ção 2019 - 202
6º VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	49	68 ▲	399
10º VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	66,3	66,1 ==	0
112 VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	43,7	58,6 📤	34
VARA DO TRABALHO DE CATOLÉ DO ROCHA	42,3	54,7 📥	29
VARA DO TRABALHO DE SOUSA	56,4	53,2	-6
5º VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	51,8	52.8 -	2
1º VARA DO TRABALHO DE SANTA RITA	51,4	52,7 ==	3
2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	55,8	52,1	-7
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	49	50,3 ==	3
3º VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	63,7	48,5	-24
VARA DO TRABALHO DE ITAPORANGA	35	47,6 📥	36
8º VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	53,5	46,1	-14
4º VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	47,3	46 ==	-3
1º VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	57	45,1	-21
1º VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	47,9	45,1	-6
3º VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	39,2	44,9 ==	15
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	42,6	44,4 ==	4
7º VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	53,4	43,5	-19
4º VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	48,7	42,8	-12
7º VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	44,7	42,7 ==	-4
9º VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	47,6	41,1 🕶	-14
5º VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	33,5	38,4 ==	15
VARA DO TRABALHO DE PATOS	43,1	35,1	-19
2º VARA DO TRABALHO DE SANTA RITA	41	34,4 🕶	-16
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	34,5	30,6	-11
6º VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	33,3	28,8	-14
VARA DO TRABALHO DE GUARABIRA	28,7	21 🔻	-27

Foi, também, elaborada pela AGE uma estimativa do índice IPC-Jus por unidade judiciária, havendo a 12ª Vara do Trabalho de João Pessoa atingido o percentual aproximado de 79,2%.



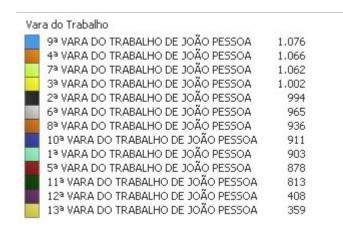


Considerando-se as variáveis analisadas pelo CNJ, o que se observa é que o fator principal a ser buscado pelas unidades judiciárias é o aumento de processos baixados, obtido com o incremento da produtividade de magistrados e servidores. Observa-se, dos dados a seguir apresentados, aumento gradativo nos quantitativos de processos baixados da unidade judiciária correicionada, no que se refere às fases de conhecimento e execução entre os anos de 2019, 2020 e 2021, valendo ressaltar que a unidade judiciária foi criada em junho de 2019.

Processos baixados	2019 (junho a dezembro)	2020	2021 até 30/09
Fase de conhecimento	408	600	677
Fase de execução	79	110	225

Comparativo por jurisdição - 2019 (baixados/conhecimento)





PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO

CORREGEDORIA REGIONAL

Comparativo por jurisdição - 2020 (baixados/conhecimento)

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13º REGIÃO

```
Vara do Trabalho
   3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                           721
   133 VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                           675
   2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                           664
   4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                           640
   8º VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                           635
   1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                           604
   123 VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
   5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                           579
   9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                           576
   113 VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                           563
   6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                           537
   103 VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                           525
   7º VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                           524
```

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/conhecimento - até setembro/2021)

```
Vara do Trabalho
   3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                          816
   5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                           786
   133 VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                           781
   113 VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                           716
   123 VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                           677
   6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                          663
   7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                           661
   1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                           641
   4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                           625
   8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                           620
   103 VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                           609
   2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                           589
   9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                          513
```

Comparativo por jurisdição - 2019 (baixados/execução)



		I.
ra do Trabalho		
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	725	
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	725	
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	694	
13 VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	584	
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	579	
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	559	
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	533	
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	504	
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	468	
103 VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	437	
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	138	
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	79	
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	15	

Comparativo por jurisdição - 2020 (baixados/execução)

```
Vara do Trabalho
 5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                         1.209
   2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                         1.000
   6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                           767
   4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                           756
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                           718
   3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
   9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                           574
  8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                           551
  13 VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
   103 VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                           340
   113 VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                           212
   133 VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                           140
   123 VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                           110
```

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/execução - até setembro/2021)

```
Vara do Trabalho
   7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
   3º VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
   9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                          674
   6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                          662
   5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                          518
   2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                          482
   4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                          422
   1º VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                          419
   103 VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                          314
   8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                          308
   113 VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                          253
   13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
                                          235
   123 VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA
```

Deverá a unidade judiciária intensificar a inclusão de processos em pautas de audiências telepresenciais, iniciais, de instrução e conciliatórias, bem assim a utilização de ferramentas eletrônicas na fase de execução, com vistas à



diminuição do acervo de processos, medidas que decerto contribuirão para a elevação do índice IPC-Jus.

Em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - Igest, a 12ª Vara do Trabalho de João Pessoa encontra-se na **199ª colocação** (1º quartil), entre as 1570 varas do país.

Já no quadro comparativo entre as 3 mais bem colocadas Varas do Trabalho do país com quantitativo de casos novos entre 751 e 1000 (267 varas no total), a unidade correicionada encontra-se com as seguintes colocações, conforme os mesoindicadores (período de referência 1º/07/2020 a 30/06/2021):

TRT/Vara	IGEST	Acervo	Celeridade	Produti- vidade	Taxa de congestiona- mento	Força de trabalho
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	1°	1°	8°	7°	2°	13°
14ª Região - RO e AC - 3ª Vara de Porto Velho	2°	8°	2°	148°	1°	2°
20ª Região - SE - 1ª Vara de Nossa Senhora da Glória	3°	2°	115°	5°	3°	8°
13ª Região - PB - 12ª Vara de João Pessoa	38°	22 °	20°	198°	39°	60°

São apresentadas, ainda, as seguintes variáveis para as mesmas Varas do Trabalho acima indicadas:

TRT/Vara	IGEST	Prazo na fase de	Prazo na fase de	Prazo na fase
----------	-------	------------------	------------------	---------------



		conhecimento	liquidação	de execução
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	1º	47,37	37,41	800,59
14ª Região - RO e AC - 3ª Vara de Porto Velho	2°	24,33	40,33	240,33
20ª Região - SE - 1ª Vara de Nossa Senhora da Glória	3°	102,79	7,4	1.695,15
13ª Região - PB - 12ª Vara de João Pessoa	38°	158,01	41,77	127,58

TRT/Vara	IGEST	Baixados na fase de conhecimento	Baixados na fase de execução	Servidores ativos
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	1°	936	101	8
14ª Região - RO e AC - 3ª Vara de Porto Velho	2°	893	1.053	11
20ª Região - SE - 1ª Vara de Nossa Senhora da Glória	3°	427	1.737	7
13ª Região - PB - 12ª Vara de João Pessoa	38°	633	216	9

Observando os mesoindicadores do eGestão, pode-se fazer o comparativo entre os períodos de referência de um ano cada, finalizados nos meses de setembro e dezembro/2020, março e junho/2021, estando a 12ª Vara do Trabalho de João Pessoa nas seguintes colocações entre todas as 1.570 varas do país (consulta realizada em 11/10/2021):

MÊS IGEST A	Acervo	Celeridade	Produtivi- dade	Taxa de congestio- namento	Força de trabalho
-------------	--------	------------	--------------------	----------------------------------	----------------------



						Z I
setembro 2020	391°	745°	8°	1.473°	251°	434°
dezembro 2020	475°	928°	27°	1.132°	398°	505°
março 2021	502°	1.047°	37°	1.162°	340°	527°
junho 2021	199ª	128°	73°	1.062°	214°	420°

A título ilustrativo, também em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - IGest, as Varas do Trabalho de João Pessoa encontram-se com as seguintes colocações, entre as 1.570 varas do país:

Vara	Colocação no IGEST
13ª	103ª
10ª	180ª
12ª	199ª
5ª	254ª
3ª	355ª
9ª	500ª
11 ^a	523ª
4ª	541ª
7ª	547ª
1ª	588ª
6ª	635ª
8ª	671ª
2 ^a	855ª



Ainda para demonstrar os números obtidos pela 12ª Vara do Trabalho de João Pessoa, no que se refere aos prazos de janeiro a setembro de 2021:

Ajuizamento até a prolação da sentença					
12ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte				
168,8 dias	195,6 dias				
Início ao encerrame	Início ao encerramento da liquidação				
12ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte				
24,4 dias	206 dias				

Início à extinção da execução - ente privado				
12ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte			
144,1 dias	995,4 dias			
Início à extinção da execução - ente público				
12ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte			
276,8 dias	788,1 dias			
Do ajuizamento da ação até	o arquivamento no 1º grau			
12ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte			
345,9 dias	1.038 dias			

Merece destaque o prazo médio do início da execução até a sua extinção - 146,6 dias, sendo o 2º menor tempo médio entre as unidades dos tribunais de pequeno porte; assim como o prazo médio do ajuizamento da ação até o

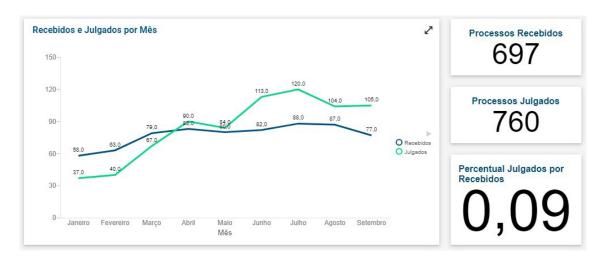


arquivamento no 1º grau - 345,9 dias, que é o 7º menor tempo médio, entre as varas dos tribunais de pequeno porte.

Com relação ao percentual de processos julgados por recebidos no período de janeiro a setembro de 2021, o Portal e-Gestão, em consulta realizada no dia 11/10/2021, apresenta os seguintes dados:

Percentual de processo	s julgados por recebidos
12ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
9%	1,5%

Os números da unidade podem ser observados no gráfico:



JUÍZES

13. AFASTAMENTOS DE JURISDIÇÃO — Juiz Titular Humberto Halison Barbosa de Carvalho e Silva (Fonte: SUAP e PROAD)

Motivação	Processo Administrativo	Período	Dias
Férias	Protocolo TRT nº 13672/2019	1º/10/2020 a 20/10/2020	20
Férias	Protocolo TRT nº 13672/2019	26/11/2020 a 15/12/2020	20
Férias	Protocolo TRT nº 6963/2020	13/5/2021 a 1º/6/2021	20

		24	
Protocolo TRT nº 6963/2020	23/9/2021 a 30/9/2021	8	

Juíza Substituta Ana Beatriz Dias Fernandes Gondim (Fonte: SUAP e PROAD)

Motivação	Processo Administrativo	Período	Dias
Férias	Protocolo TRT nº 6963/2020	7/4/2021 a 26/4/2021	20

13.1 Assiduidade dos magistrados

Férias

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face do Magistrado titular e dos Juízes que atuaram na Vara durante o período correicionado.

13.2 Audiências realizadas (1º/10/2020 a 30/9/2021) (Fonte: Hórus)

Magistrado	Una	Instruçã o	Inq. Testem.	Enc. Instr.	Inicial	Conciliação Conhecimento	Conciliação Execução	Total
Humberto Halison Barbosa de Carvalho e Silva	335	195	ı	3	34	6	46	619
Clovis Rodrigues Barbosa	ı	2	ı	ı	ı	-	-	2
Jose Guilherme Marques Junior	5	1	ı	ı	ı	-	-	6
Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque	15	-	-	-	-	-	-	15
Ana Beatriz Dias Fernandes Gondim	279	163	1	-	84	22	22	573

13.3 Incidentes julgados (Fonte: Hórus)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Liquidação/ Execução	Total
Humberto Halison Barbosa de Carvalho e Silva	106	72	12	190
Ana Beatriz Dias Fernandes Gondim	87	66	6	159
Jose Guilherme Marques Junior	1	-	-	1
Clovis Rodrigues Barbosa	2	-	-	2

14. PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS - SOLUCIONADOS (Fonte: Hórus)



		Com Exame do mérito				Sem E			
Magistrado	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência /Outras Decisões	Total
Ana Beatriz Dias Fernandes Gondim	178	42	113	48	1	20	14	20	436
Clovis Rodrigues Barbosa	-	-	2	-	-	-	-	-	2
Humberto Halison Barbosa de Carvalho e Silva	180	40	113	40	4	33	17	27	454
Jose Guilherme Marques Junior	-	-	1	-	-	1	-	-	2
Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerqu e	4	-	3	2	-	1	-	-	10

No período correicionado, o(a) Juiz titular laborou 297 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,53 processo/dia. A Juíza substituta laborou 345 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,26 processo/dia.

Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, não é razoável aqui se registrar a média de produção em razão da intermitência de atuação.

14.1 Processos sentenciados por classe processual (Fonte: Hórus)

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	528
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	224

^	^
7	n

100
16
13
7
6
5
4
2
2
2
1
1
1

15. SENTENÇAS LÍQUIDAS (Fonte: Hórus)

Magistrado	Sentenças Líquidas	%
Humberto Halison Barbosa de Carvalho e Silva	138	89,61%
Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque	3	100%
Jose Guilherme Marques Junior	1	100%
Clovis Rodrigues Barbosa	2	100%
Ana Beatriz Dias Fernandes Gondim	143	92,26%

16. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL

Magistrado	Total
Ana Beatriz Dias Fernandes Gondim	430
Clovis Rodrigues Barbosa	2
Humberto Halison Barbosa de Carvalho e Silva	453
Jose Guilherme Marques Junior	2
Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque	10

16.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 16 dias

27

Magistrado	Dias
Ana Beatriz Dias Fernandes Gondim	26
Clovis Rodrigues Barbosa	14
Humberto Halison Barbosa de Carvalho e Silva	7
Jose Guilherme Marques Junior	46
Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque	5

Merece destaque, como já pontuado acima no item relativo ao tempo médio na fase de conhecimento, que o prazo médio para prolação de sentença da magistrada Ana Beatriz Dias Fernandes Gondim é 3 vezes superior ao do titular da unidade judiciária (7 dias), o que certamente contribui para o aumento do tempo médio na fase de conhecimento.

17. OBSERVATÓRIO

No período compreendido entre a data designada para a correição do ano de 2020 e a presente correição, o primeiro ciclo do observatório foi relativo aos meses de janeiro e abril de 2021, tendo sido apresentada resposta pela unidade judiciária em 15/06/2021.

O juiz titular destacou que a paralisação das atividades presenciais impactou o desenvolvimento regular das atividades, no entanto, houve determinação para incremento das pautas, a partir do mês de abril. O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria Unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio do gabinete virtual -> Intranet -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição -> Observatório Dashboard.

18. GARIMPO

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT SCR 017/2020, que dispõem sobre o tratamento



dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), até 30/09/2021, foi registrada apenas uma devolução ao reclamado no valor de R\$ 11,41.

Reforça-se a observância da Recomendação TRT13 SCR 04/2019, a fim de que, ao arquivamento dos autos, proceda à conferência de inexistência de contas com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, fato não ocorrido, por exemplo, nos processos 0000540-69.2020.5.13.0031, 00000728-96.2019.5.13.0031, 0000071-57.2019.5.13.0031.

O Corregedor destaca a necessidade de que sejam tomadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente com saldo em contas judiciais, bem como registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR 17/2020.

19. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

Foram analisados 50 processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT SCR nº 067/2020, havendo a prolação de 14 despachos correicionais no PJe.

Concede o Desembargador Corregedor o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

Segundo informações prestadas pelo supervisor da Ouvidoria, conforme artigo 2°, II, a, do Ato TRT SCR nº 067/2020, não há registros de ocorrências nos últimos seis meses.



20. RECOMENDAÇÕES

Aos Juízes

- a) observar o estabelecido na Resolução Administrativa TST nº 1470/2011 quanto à prática de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso:
- b) adotar o procedimento de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;
- c) observar as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013 no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico sentenças.dsst@mte.gov.br do Ministério do Trabalho e Emprego, com cópia para o endereço eletrônico insalubridade@tst.jus.br, a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização;
- d) observar as recomendações e provimentos editados pela Corregedoria Regional, em especial a Recomendação TRT SCR nº 004/2019 (Projeto Garimpo), de forma que, como condição de arquivamento de processo judicial, em qualquer fase, seja certificada a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários;
- e) incluir em pauta processos na fase de execução em que se verifique potencial conciliatório (art. 108, II, da Consolidação dos Provimentos da CGJT);
- f) determinar a remessa dos autos ao arquivo provisório quando exauridas as tentativas de satisfação da dívida sem manifestação do exequente (art. 117 da Consolidação dos Provimentos da CGJT);
- g) diligenciar nos processos em execução encaminhados ao arquivo provisório em decorrência do deferimento da recuperação judicial, de modo que, com o seu encerramento ou com o encerramento da quebra em que ela tenha sido convocada (art. 156 e seguintes da Lei 11.101/2005), seja retomado o



prosseguimento, para cobrança dos créditos que não tenham sido totalmente satisfeitos (art. 114 da Consolidação dos Provimentos da CGJT);

- h) revisitar os processos que se encontram em arquivo provisório com execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas por meio da utilização dos sistemas Sisbajud, Renajud, Infojud, Simba, Serasajud, CNIB, CENSEC, dentre outros, conforme disciplinamento do art. 108, III, da Consolidação dos Provimentos da CGJT;
- i) incrementar o uso dos sistemas eletrônicos (Sisbajud, Renajud, Infojud, Simba, Serasajud, CNIB, CENSEC, dentre outros), de forma a buscar reduzir o tempo de duração do processo na fase execução;
- j) determinar a suspensão/ sobrestamento por reunião, quando se tratar de processos com execução habilitada em processos-piloto que tramitam na Central Regional de Efetividade, evitando-se a decisão genérica, fato ocorrido, por exemplo, no processo 0000174-64.2019.5.13.0031;
- k) observar, quando da apreciação das minutas de despachos/decisões/sentenças, se há necessidade de expedição de intimação às partes, e, também, o prazo inserido, evitando-se a elaboração de intimações automáticas que porventura atrasem a marcha processual;
- I) utilizar o CCS para identificação de contas bancárias de partes inertes quando houver necessidade de efetuar pagamentos, a exemplo do processo 0000120-64.2020.5.13.0031;
- m) determinar que sejam inativadas partes que não sejam responsáveis na execução, a fim de evitar eventuais equívocos, a exemplo do processo 0000525-37.2019.5.13.0031;
- n) determinar a utilização de mais de um sistema eletrônico, evitando-se que fique o processo paralisado aguardando repetições do Sisbajud, a exemplo dos processos 0000480-96.2020.5.13.0031 e 0000852-79.2019.5.13.0031.

Ao Diretor de Secretaria



- a) monitorar os relatórios fornecidos pelo Hórus e e-Gestão, a fim de verificar possíveis inconsistências na alimentação de dados pela Unidade e corrigi-las;
- b) observar as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;
- c) orientar a equipe a dispensar maior atenção quando do cumprimento das determinações de alteração/exclusão da parte executada no BNDT;
- d) incentivar a equipe a executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos figuem indevidamente paralisados.
- e) orientar a equipe a ter atenção quando da inclusão dos complementos da sentença, a exemplo da informação sobre sentença líquida, evitando-se que processos tenham a fase de liquidação iniciada indevidamente, a exemplo do processo 000557-08.2020.5.13.0031.

Aos servidores

- a) proceder ao lançamento, com regularidade, no sistema PJe, dos pagamentos e levantamentos de créditos trabalhistas, inclusive daqueles decorrentes do pagamento de acordos, bem como os recolhimentos fiscais, previdenciários e de custas, tanto na fase de conhecimento como na de execução, evitando o ocorrido nos processos 0000031-41.2020.5.13.0031, 0000516-75.2019.5.13.003, 0000749-72.2019.5.13.0031, por exemplo;
- b) dispensar mais atenção quando do cumprimento das determinações judiciais relativas à inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT;
- c) executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos figuem indevidamente paralisados;
- d) abster-se de incluir certidões de inexistência de pendências sem a conferência de eventuais contas judiciais no Banco do Brasil e Caixa



Econômica Federal, evitando-se o ocorrido, por exemplo, nos processos 0000540-69.2020.5.13.0031, 0000071-57.2019.5.13.0031;

e) ter atenção quando da elaboração de intimações, evitando-se expedições desnecessárias, a exemplo do ocorrido no processo 0000091-48.2019.5.13.0031, quando os sócios já tinham sido intimados por edital e nova comunicação foi elaborada para cumprimento via Correios.

21. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Desembargador Corregedor ressalta que a 12ª Vara do Trabalho de João Pessoa permanece funcionando em plena regularidade, sempre buscando a otimização de rotinas procedimentais, a fim de acelerar a prestação jurisdicional e alcançar os objetivos de fundamental importância estratégica para o Regional, o que é claramente evidenciado pelo cumprimento parcial das Metas do CNJ 1/2021 (104,7%), atingida em 2020 (102,13%), e 2/2021 (105,97%).

O Corregedor pontua, com satisfação, o ótimo índice de conciliação (45,54%), superior à meta do Regional (38,5%) para este ano de 2021, o que reflete no cumprimento parcial da Meta 3 do CNJ, que vem apresentando o percentual de 118,28%, que também foi alcançada no exercício de 2020 (114,34%), pelo que parabeniza a equipe e recomenda a manutenção do desempenho até o final deste exercício.

Registra que a Meta 5/2021 vem alcançando o percentual 99,61% e apresentando uma redução significativa das taxas de congestionamento nas fases de conhecimento – de 93,37% em janeiro para 38,53% em setembro – e de execução – de 93,57% em janeiro para 44,31% em setembro – o que demonstra o comprometimento da unidade correicionada em relação aos indicadores estabelecidos no Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho,



33

motivo pelo qual recomenda à equipe que envide esforços para o atingimento da referida meta até o final deste exercício, cujo índice almejado pelo Regional é de 26,4% na fase de conhecimento e de 65,12%, na fase de execução.

Diante dessas considerações, o Desembargador Corregedor enaltece a qualidade da atividade judicial desempenhada pelos integrantes da 12ª Vara do Trabalho de João Pessoa, ao tempo em que reconhece a dedicação e o comprometimento da equipe para acelerar a prestação jurisdicional e fornecer atendimento de qualidade aos jurisdicionados.

Nada mais havendo a tratar, tem-se por encerrados os trabalhos nesta data, e eu, Talita Simões Leão, Secretária da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pelo Desembargador Corregedor, que deixa assinado o prazo de 8 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, apresentar suas considerações. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, não havendo outra providência a ser tomada, arquive-se.

A presente Ata será publicada no DA-e e DEJT, e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE

Desembargador Vice-Presidente e Corregedor



VISTOS

0000363-08.2020.5.13.0031	0000506-94.2020.5.13.0031	0000084-56.2019.5.13.0031
0000190-81.2020.5.13.0031	0000034-59.2021.5.13.0031 0000304-83.2021.5.13.0031	0000322-75.2019.5.13.0031
0000304-80.2021.5.13.0032	0000315-15.2021.5.13.0031	0000631-26.2019.5.13.0022
0000480-96.2020.5.13.0031	0000342-66.2019.5.13.0031	0000525-37.2019.5.13.0031
0000879-55.2019.5.13.0001	0000463-60.2020.5.13.0031	0000828-51.2019.5.13.0031
0000447-09.2020.5.13.0031	0000446-24.2020.5.13.0031	0000120-64.2020.5.13.0031
0000401-20.2020.5.13.0031	0000201-47.2019.5.13.0031	0000520-15.2019.5.13.0031
0000632-81.2019.5.13.0031	0000469-04.2019.5.13.0031	0000331-66.2021.5.13.0031

DESPACHOS CORREICIONAIS

0000091-48.2019.5.13.0031	0000596-05.2020.5.13.0031	0000519-93.2020.5.13.0031
0000852-79.2019.5.13.0031	0000031-41.2020.5.13.0031	0000200-28.2020.5.13.0031
0000203-17.2019.5.13.0031	0000749-72.2019.5.13.0031	0000857-31.2019.5.13.0022
0000068-05.2019.5.13.0031	0000560-60.2020.5.13.0031	0000151-50.2021.5.13.0031
0000118-31.2019.5.13.0031	0000516-75.2019.5.13.0031	